

Contenção vai ser a meta até final do ano

Valter Melo

9 OUT 1984

O governo vai arrochar ainda mais a economia neste mês de outubro, com objetivo de forçar a queda da base monetária (emissão de papel moeda) e dos meios de pagamentos (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) para um patamar de 95 por cento até o final do ano, conforme acertos com o FMI.

Esse vigoroso aperto já se fez sentir. Na última sexta-feira, o Banco do Brasil parou — pela primeira vez na história — de comprar trigo nacional. O coordenador econômico do Ministério da Fazenda, Edésio Ferreira Fernandes, explicou ontem que a suspensão das compras de trigo durará no máximo até quinta-feira, porque as autoridades estão avaliando as contas do Orçamento Monetário, a fim de adotar medidas para reduzir a liquidez na economia.

Segundo ele, estão sendo avaliad as contas de repasses do IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência Social), do trigo, açúcar e do Finex, ou financiamento às exportações. Edésio Ferreira considerou elevadas as taxas de juros de até 500 por cento para financiamento de eletrodomésticos, porém disse acreditar que elas baixem até um certo patamar, mas que no geral deverão continuar altas.

Explicou que o Ministério da Fazenda e o Banco Central estão estudando, "com pressa", para saber dos recursos que deverão alocar no orçamento monetário. Por exemplo, saber o quanto o Tesouro da União poderá desembolsar, o quanto o Banco Central poderá conseguir com a venda de títulos da dívida pública (ORTN e LTN) e o quanto o Banco do Brasil deve captar com a venda de CDBs (Certificados de Depósito Bancário). Edésio Ferreira Fernandes concordou que o "aperto monetário" afetará o crescimento econômico nesse último trimestre de 1984. "Taxas de juros altas inibem o consumo e o investimento", disse, salientando que a economia está crescendo lentamente, mesmo convivendo com juros elevados.

O Banco Central divulgou ontem os dados da política financeira de setembro. O saldo da base monetária revelou um incremento de 8,8 por cento no mês passado, alcançado Cr\$ 7,2 trilhões. A expansão da base em setembro de 1983 foi de 15 por cento. Com esse resultado, a taxa de expansão em 12 meses declinou para 122,7 por cento contra 135,4 por cento em agosto. O problema é que a base monetária deve ser reduzida para 95 por cento em dezembro, daí as medidas que estão sendo adotadas de última hora.

Os meios de pagamentos foram estimados, em fim de setembro, em Cr\$ 15,3 trilhões, com uma expansão de 13,6 por cento. Nos 12 meses anteriores, o acumulado está em 149 por cento. Um dos principais fatores que influenciaram na expansão da moeda em setembro foram as exportações. Com a balança comercial superavitária, os exportadores sacam cruzeiros no Banco Central, como resultado de suas vendas, e o governo não pode "segurar" esse dinheiro como artifício para conter a liquidez da economia.

O Banco Central explicou que para minimizar os efeitos expansionistas do setor externo e de outras operações que de certa forma escapam ao controle direto das autoridades monetárias, a liquidez da economia foi ajustada pela utilização intensiva das operações de mercado aberto e pelo rigoroso controle das operações ativas e da execução financeira do Tesouro Nacional.

Sendo "caixa" do governo, o Banco do Brasil é o primeiro a ser atingido. Na sexta-feira passada, o presidente do Banco, Oswaldo Colin anunciou que o Ministério da Fazenda efetuou um corte de 46,4 por cento na sua programação de dispêndios do mês de outubro. O custeio agrícola, por enquanto, até que se defina o orçamento, fica em Cr\$ 400 bilhões. Sofreram violentos cortes as operações de adiantamento de contrato de câmbio, a linha Finex e a conta trigo.